

O autonomismo e a questão da organização

Fernando C. Prestes Motta*

*Professor titular no Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da EAESP/FGV.

O fato de vivermos em uma época que celebra a técnica de todas as formas é particularmente evidente e nocivo nas ciências sociais em geral e na teoria das organizações aplicada à empresa, ao Estado e à escola em particular.

É indiscutível que a preocupação metodológica seja indispensável a qualquer empreendimento científico. Todavia, tal preocupação não pode impedir o desenvolvimento de uma teoria organizacional reflexiva, baseada em uma racionalidade substantiva.

O estudioso das organizações deve, antes de mais nada, estar atento às razões e às consequências do tipo de pesquisa em que se envolve, ao tipo de conhecimento que produz e a quem esse conhecimento serve.

Precisa estar especialmente atento ao fato de que o conhecimento científico desenvolve-se tão mais rapidamente quanto maior for a nossa capacidade de renúncia a teorias e hipóteses que já temos e que já não nos servem. Do ponto de vista científico, a renúncia é frequentemente mais importante do que a busca de confirmação.¹

Essas considerações, desde logo, deixam de lado o senso comum em pesquisa, que ressalta a “neutralidade” do processo técnico através da qual o pesquisador tão-somente revela ou descobre o conhecimento.

A reflexão é um dado fundamental na pesquisa e na teoria organizacional e tal reflexão implica a disposição de examinar marcos teóricos diversos, de modo a descobrir seus pontos comuns e suas divergências de uma perspectiva construtiva.²

É esta preocupação que tem levado teóricos organizacionais a abandonar velhas e desgastadas ortodoxias em busca de uma elaboração mais adequada à compreensão e à absorção dos fatos novos que a observação da realidade oferece.

Naturalmente, um esforço desse tipo requer o abandono de muitos preconceitos extremamente firmados na tradição científica. Destes, talvez o mais nocivo seja aquele que opõe “verdade” a “ideologia”.

“Não há erro nem falsidade. Cada prática pensa a sua verdade. Expressão imediata da prática, uma concepção é, por isso, sempre adequada, e a problemática do falso e do verdadeiro não tem qualquer sentido. O erro não é mais do que a negação por uma prática das concepções de outra, ou melhor, é a inconsciência dessa negação (...). Quando digo que uma dada teoria é errada, quero dizer que ela não exprime a minha prática. Mas por que em vez de se exorcismar como errada, não a referir antes à prática de quem a produziu?”³

Dito de outra forma, “há uma ‘verdade’ das ideologias, contanto que se sublinhe que as ideologias não têm a mesma pertinência, nem mesmo nos diferentes momentos de sua história, e contanto que se defina essa ‘verdade’ em sua particularidade de verdade conflitual”,⁴ isto é, de forças sociais em luta.

Outras posições a respeito de uma teoria representam apenas conjuntos de “juízos (que) tomam ingenuamente por critério a verdade científica considerada perfeita e intangível, quando tal critério não se aplica à linguagem viva, social e polêmica que é a ideologia política”⁵

Desta forma, entendida a teoria organizacional enquanto ideologia, resta percebê-la enquanto ideologia do poder ou contra o poder; resta ainda desvendar a possibilidade de uma teoria das organizações como ideologia política repressiva convivendo com outra, certamente menos sistematizada, de conteúdo liberador.

Entretanto, uma análise desse tipo não pode desvincular a empresa, o Estado e a escola das relações de dominação que neles se cristalizam, bem como das relações de produção e, portanto, do desenvolvimento das forças produtivas que estão em sua base. Permanecer, porém, num materialismo histórico rígido, incapaz de ser refletido e confrontado com os dados de realidade, seria tão ou mais estéril que continuar confirmando as velhas hipóteses da teoria convencional produzida no seio das escolas das classes dominantes nos países hegemônicos.

Em suma, uma teoria crítica das organizações, não menos que uma sociologia geral crítica, “fundamenta-se no reconhecimento do caráter operativo do conhecimento sociológico, aceita-lhe totalmente as consequências políticas, escolhe submeter a inquérito racional a situação existente, acusa as instituições que servem de apoio às classes no poder, liga-se ao empenho político de uma análise rigorosa dos mecanismos e das forças que regulam o funcionamento da sociedade”,⁶ mecanismos e forças estes que sempre refletirão a diversidade de práticas sociais múltiplas, sem a consideração da qual a vida cultural e social não pode fazer sentido.⁷

Da mesma forma, uma teoria das organizações crítica reconhece que a “objetividade é mais um aspecto do observador do que do objeto estudado, e que todo

conhecimento do mundo é em algum grau um conhecimento socialmente construído.⁸ Assim, a teoria jamais é a realidade, mas nossa teoria da realidade.

Nossa atenção deve então voltar-se para algumas questões que estão no cerne das teorias sociais e organizacionais dominantes. As ciências sociais constituem parte do modo de dominação burocrático-meritocrático que caracteriza nossas vidas. Seu esforço contínuo é o de tentar fundir a racionalidade substantiva na racionalidade instrumental, justificando determinado tipo de ordenação social voltada para a produtividade e o lucro.⁹

Altamente sistematizada, a teoria organizacional estabelece uma divisão de trabalho que distingue o "saber comum" do "saber científico", os leigos dos profissionais. Estabelece, da mesma forma, uma estratificação meritocrática que dá aos ocupantes dos níveis mais altos o direito de se referirem à área organizacional de forma autoritária e rígida.¹⁰

Assim, prestígio, poder e influência baseiam-se no profissionalismo e no cientificismo, ideologias que encontram guarida na deferência e na subserviência públicas à figura esotérica do intelectual burocraticamente legitimado pela academia e pela indústria de comunicação de massa, especialmente pelas grandes editoras de prestígio.¹¹

Essa meritocracia acadêmica vive do mito do distanciamento e da neutralidade científicos em face dos "objetos" de pesquisa. A pseudoneutralidade é vista como garantia de competência escassa e de bom serviço à sociedade.

Nessa ótica, os fatos sociais e organizacionais transformam-se em reles matéria-prima de uma investigação cuja função primordial é a confirmação de hipóteses do poder, que ganham vida própria e *status* de "verdade científica".¹²

Resta apenas aos setores sociais comprometidos com a transformação a recusa desse tipo de produção intelectual e a construção de uma teoria organizacional reflexiva, que sirva à mudança e à reversão do estabelecido.¹³

Essa teoria precisa, antes de mais nada, recusar as falsas autonomizações do campo, que, sob a capa da "diferença específica", referem-se ao Estado e à escola, sem referência à empresa, num mundo em que as instituições converteram-se, malgrado o desejo dos idealistas, em simples apêndices do aparelho econômico.¹⁴

É óbvio que a especificidade existe; mais óbvio porém é o fato de que só se lhe dará tratamento adequado a partir do entendimento do que ela realmente significa no mundo de hoje.

Esse entendimento passa pela constatação de que as lutas entre o proletariado e o capital precisam ser vistas, tanto do ponto de vista do aumento da mais-valia relativa, quanto do processo de luta operária pela quebra semi-organizada da disciplina da fábrica.

Fundamental torna-se distinguir as reivindicações operárias das formas de relação social por intermédio das quais os trabalhadores vão-se organizando com vistas ao rompimento do poder disciplinar burocraticamente imposto.¹⁵

Essas formas de relação social configuram um modo de produção não-dominante e revelam o socialismo não enquanto utopia, ou seja, projeto situado no futuro, mas como algo que coexiste com capitalismo e que a observação atenta pode revelar.

Essas formas distinguem-se claramente das reivindicações operárias, imediatamente convertidas em medidas patronais que visam não a diminuição, mas o aumento, da extração da mais-valia relativa.¹⁶

Na verdade, as reivindicações levam as empresas a desenvolverem todo tipo de mecanismo de cooptação e de homogeneização de condutas que implicam as técnicas de confrontos, nas entrevistas "livres", nas "trocas de informação" e nas "negociações" internas.¹⁷

Não que as formas operárias alternativas de relação social também não provoquem no patronato a tomada de medidas similares. Ocorre, porém, que tais relações são dificilmente reconvertidas pelo capital, dado seu caráter reativo e sua contestação evidente.

Em face das medidas patronais, os operários se organizam e o fazem frequentemente por intermédio de vanguardas. Ocorre, porém, e isto escapa com frequência às ortodoxias de esquerda tradicional, que tais vanguardas são historicamente mutáveis e portanto não-passíveis de definição precisa.

O que se pode observar com relativa clareza é a tentativa aparentemente incansável do patronato de organizar a força de trabalho de modo a hierarquizá-la e fragmentá-la, no esforço de bloquear a passagem para a plena realização das novas relações sociais a que o desenvolvimento das forças produtivas em nível mundial parece levar.

Nesse sentido, as empresas dividem com os sindicatos o processo disciplinador. Taylorismo e fayolismo são as formas de gestão que procuram ainda responder de forma obsoleta à luta operária, mesmo revestidos de formas aparentes de lutas que um dia já foram dos trabalhadores.

De modo mais claro, já não importa tanto o esforço da empresa individual e das demais organizações burocráticas que complementam sua ação. O que importa agora é a produtividade e a mais-valia obtidas através da integração das grandes empresas em escala mundial, complementada pelo relacionamento com determinados setores, especialmente os econômicos, dos estados, partidos políticos, sindicatos e instituições educacionais.

É essa integração que coloca na ordem do dia a questão dos gestores. De forma geral e simplificada, podemos afirmar que quanto maior e mais perfeita torna-se a integração entre as empresas, mais poderosos tornam-se os gestores e menos importantes os capitalistas privados.

Torna-se assim um "Estado amplo", um poder estruturado inicialmente de modo estritamente informal, que é a forma de organização dos gestores, ou seja, dos tecnoburocratas advindos das grandes empresas ou conglomerados, dos grandes sindicatos e dos setores do Estado convencional cooptados, especialmente os setores econômicos.

O crescimento da importância econômica do Estado convencional e a autonomização relativa de algumas

de suas “administrações” é, portanto, fundamental. Mesmo a Poulantzas, que não foi de forma alguma um autonomista, o processo não escapou:

“O declínio precipitado e acelerado do parlamento e das instituições da democracia representativa a favor do executivo, a retração do papel dos partidos políticos em face da burocracia e da administração do Estado, devem-se também ao papel atual desse aparelho (econômico). Pode-se traçar toda uma história das transformações do exército, da escola, da administração pública ou da magistratura, com base na formação e na consolidação do aparelho econômico do Estado.”¹⁸

“A burguesia não se transformou, como alguns pretendem, num momento qualquer da sua existência, em nova classe, pela mutação do burguês no gestor, de forma que houvesse uma dualidade nos conflitos sociais do capitalismo. O gestor não é o substituto do burguês, é sue contemporâneo — desde o momento em que os germes do capitalismo começaram a desenvolver-se, porque esse desenvolvimento não poderia ter ocorrido, nem continuar a processar-se, sem as condições gerais de produção.”

Mas, enquanto o lugar do burguês — as empresas particulares — permaneceu definido com clareza, ao longo das várias fases do capitalismo, o lugar do gestor variou quanto aos pontos de incidência da sua atividade principal, e esta apareceu durante certas épocas repartida por vários campos, sem uma instituição central que claramente os unisse, de modo que os seus executantes não se davam então conta de constituírem uma classe social específica e bem demarcada.

Durante os períodos iniciais do estabelecimento do capitalismo, as condições gerais de produção eram geridas a partir de certas instâncias administrativas do aparelho de Estado, e não podemos deixar-nos iludir pelo fato de os gestores de então revestirem formas de comportamento que os faziam assemelhar-se aos executantes das funções feudais desse Estado.

Vimos que na mesma época os burgueses recorriam, no topo da sua ascensão social, às roupagens e aos títulos de uma aristocracia em declínio.

No período da constituição do capitalismo, a gestão dos processos de fabrico era, na maior parte dos casos, deixada ao cuidado dos burgueses proprietários das empresas. Os gestores desenvolviam uma mentalidade própria, porém mais caracterizadamente administrativa do que econômica, e que a partilha do aparelho de Estado com elementos decorrentes do feudalismo atenuava e confundia.

Depois, durante as curtas décadas que durou o período dito livre-concorrencial, quando o capitalismo já como tal se constituíra, mas a concorrência tecnológica entre as empresas não prosseguira o bastante para que as pulsações de cada uma batesses num ritmo comum, o Estado limitou as suas funções econômicas, passando grande parte delas para a iniciativa individual de burgueses chefes de empresas, e era sobretudo nos grandes corpos técnicos de que a administração central começava a dotar-se que podíamos encontrar os gestores.

Por outro lado, a cisão entre o produtor e a gestão introduziu o gestor em cada um dos processos de fabrico, enquanto seu organizador.

Foi durante o período inicial desta evolução que os gestores mais dificilmente assumiram uma consciência de classe, repartidos entre o âmbito interno dos processos de fabrico particulares e as condições gerais de produção.

A integração tecnológica, porém, não levou muito tempo a fundir materialmente estes campos e a criar novas possibilidades de ação para a classe dos gestores, com a organização da mão-de-obra e das relações de trabalho nos sindicatos burocráticos.

Os gestores desenvolveram a partir de então de forma coerente a consciência dos seus interesses comuns, que mais não tem feito do que reforçar-se.

Muito sumariamente esboçadas, estas três etapas correspondem somente a uma evolução geral, e cada uma delas teve duração e amplitude diferentes, consoante os países, não só devido a ritmos de evolução econômica distintos, mas sobretudo em função do grau de ligação entre a atividade econômica do Estado e as empresas particulares.

O capitalismo constitui, em suma, desde a sua origem, uma estrutura social com três classes.”¹⁹

A tecnologia está na base do poder dos gestores, donde o seu monopólio e o fetiche que a encobre. Todo o ordenamento social das formações capitalistas desenvolvidas e em certa medida das subdesenvolvidas industrializadas funda-se na tecnologia e nas modalidades particulares assumidas pelo estado de relações de força entre capitalistas, gestores e trabalhadores.

Decorre disso que o domínio da tecnologia avançada pelos setores explorados e oprimidos, bem como o desenvolvimento de tecnologias alternativas, permite o avanço na construção de uma sociedade socialista. Entretanto, a condição para que isto seja verdadeiro é que a aprendizagem teórica não se separe da prática do trabalho produtivo nos quadros da luta de classe, e não seja fruto de algum tipo de dádiva das classes dominantes através de suas organizações educacionais.²⁰

É nesse sentido que a robotização não pode ser vista como inferno nem como paraíso, mas como um novo e importante elemento que recoloca em novos moldes a questão das relações de trabalho dentro e fora da fábrica, dentro e fora do Estado convencional, dentro e fora da escola, que recoloca e atualiza o papel dos movimentos sociais no confronto das classes no capitalismo monopolista de Estado.²¹

Entretanto, é ingênuo imaginar que o “Estado amplo” dos gestores permaneça organização difusa e informal. A transição do capitalismo monopolista de Estado para o monopólio do Estado capitalista, para o Estado proprietário único dos meios de produção, via propriedade tecnoburocrática coletiva, não fere; ao contrário, confirma a lógica da trajetória dos gestores, que alguns ainda chamam ingenuamente de “funcionários do capital”, em direção à hegemonia política e ideológica.²²

Gestores, burocratas, tecnocratas, tecnoburocratas, burgueses de Estado são apenas nomes para a robusta burocracia que se consolida no capitalismo monopolista de Estado e que já se consolidou em países como a URSS e demais países do conselho de Mútua Assistência Econômica (Comecon), China e tantos outros, em nome da técnica e dos interesses de uma sociedade

que, por definição, não podem representar, já que corporação alguma responde pela sociedade, à qual pode dominar, mas não representar.

Essa tecnoburocracia envolve formas de conhecimento altamente codificadas e sistematizadas, tanto quanto sua aplicação sistemática via inovação tecnológica, numa verdadeira engenharia social, que implica um complexo sistema de informações, decisão, organização do trabalho e controle social.²³

Muito importante é precisar o fato de que esta tecnoburocracia faz prevalecer um tipo de organização que vai-se transformando desde o modo de produção asiático, passando pelos demais modos de produção pré-capitalistas, pela manufatura, pela mecanização e pela automação. É isto que nos permite fazer uma trajetória que se inicia com a organização burocrática nascente e chega à organização burocrática triunfante.

A tecnoburocracia implica igualmente um sistema de condutas significativas,²⁴ que também se altera no tempo. Em suma, “a estabilidade de tais modos de organização depende da existência de modos comuns de interpretação e compreensão.

Novas situações precisam ser interpretadas no contexto de matrizes de significado aceitas, ou quaisquer novas interpretações precisam ser construídas no sentido de manter a atividade organizada.

O processo de negociação de sentidos para tais experiências é crucial para o entendimento da forma pela qual a organização incorpora os eventos que ameaçam as situações anteriormente tidas como pressupostas em termos de sentidos e formas de vida.

O processo pelo qual um grupo de indivíduos negocia e interpreta sua experiência é assim central para o entendimento dos padrões de significados compartilhados que sustentam a atividade organizada.”²⁵

O processo de vinculação de formas de pensar tecnoburocráticas, que implicam tanto formas adequadas à dominação quanto à submissão, começa muito cedo, seja na família, seja na pré-escola, e progride sistemática e paulatinamente nas diversas instâncias organizacionais da educação formal, tendo, nesse processo, a universidade um papel crucial.

Do lado do trabalhador, “a escolarização contribui para a generalização de uma força de trabalho adequada, através da inculcação de uma ‘mentalidade burocrática’ nos estudantes. Isso os habilita a ter um desempenho apropriado aos ambientes de trabalho alienados, através de uma orientação ‘desenvolvimento emocional’ do futuro trabalhador. Na medida em que uma proporção crescente — atualmente grande maioria de trabalhadores (nos países desenvolvidos) — passa por esse processo de ‘burocratização psíquica’, o desenvolvimento de uma contracultura que negue a mentalidade burocrática é um instrumento necessário para a emergência de uma consciência de classe entre os trabalhadores”.²⁶

Por seu turno, as classes dominantes reservam para si o monopólio das escolas de maior prestígio acadêmico, através de procedimentos que, do ponto de vista formal, aparecem como perfeitamente democráticos e que dizem respeito ao sistema de exames, aos critérios do julgamento professoral e assim por diante.

O sistema surge como tão pleno de virtudes que os membros das classes dominadas rendem-se aos apelos dos títulos de prestígio e, na impossibilidade de obtê-los, o que com muita frequência está também relacionado com um baixo capital cultural familiar, procuram seus correspondentes desvalorizados nas escolas de baixa reputação no meio acadêmico.²⁷

Nas escolas de elite, os filhos de capitalistas e gestores obtêm a competência escassa ou a aparência de competência que os legitima no interior das grandes empresas, do Estado e, em alguns casos, da universidade. Ampliam seu capital cultural e, adicionalmente, seu capital de relações sociais; instrumentos preciosos para a entrada e para o progresso no interior do universo tecnoburocrático.

São preparados para serem tecnoburocratas, no sentido de altos burocratas legitimados pelo conhecimento técnico e político instrumental. Diante deles, os demais membros da burocracia são de fato um setor dominado e explorado, embora menor do que a maioria absoluta dos operários.

De qualquer modo, entre as várias opressões endêmicas do capitalismo avançado, a crescente tensão entre os gestores e trabalhadores, entre dominantes e dominados, entre Estado e sociedade, entre os que lutam pela autonomia e os que querem manter um controle social cada vez mais rígido, abre caminho para movimentos sociais importantes cuja missão é a destruição da organização burocrática e da sua subjetividade,²⁸ subjetividade essa que se expressa da forma mais clara e histórica na evolução da teoria das organizações convencional.

É também notável o fato de o marxismo, ou parte dele, ou ainda, certas leituras dele, haver se tornado uma ideologia populista, um conjunto de lugares comuns que tem por fim a justificação de todo e qualquer compromisso, quando não todos e quaisquer oportunismos e carreirismos possíveis, no decurso da luta de classes.

Em parte, isto possivelmente se explica pela integração do movimento operário no desenvolvimento capitalista, processo este que, em várias fases e níveis, tem por conseqüência uma prática reformista,²⁹ que também é compartilhada por uma classe média sedenta de lugares nos aparelhos de Estado.

Tudo isto leva o teórico a dedicar-se integralmente à tarefa prática da redescoberta das reais possibilidades de mudança do universo burocrático-capitalista em que vivemos.

Essa redescoberta só pode passar, a meu ver, pela questão dos movimentos sociais, tendo como fulcro a questão do poder operário, isto é, a questão da organização autônoma da classe operária.

Essa é a única maneira de desmistificação do marxismo instrumental e fisiológico e a redescoberta da força que inquestionavelmente o marxismo mantém, quando a observação não escapa à teoria.

O capitalismo é sempre o processo de imposição de uma disciplina ao trabalhador, no sentido da regulação da luta de classe. Assim, não é por acaso que a forma de produzir capitalista implanta suas raízes, primeiro, na mais-valia relativa e, em seguida, em sua transformação em lucro.

Assim, o desenvolvimento das forças produtivas aparece como força autônoma do capital, que se contrapõe ao operário, precisamente porque de fato constitui forma de domínio do capital sobre o operário.³⁰

“O desenvolvimento capitalista está organizada-mente ligado à produção de mais-valia relativa. E a mais-valia relativa está organicamente ligada a todas as vicissitudes internas do processo de produção capitalista, àquela unidade distinta e cada vez mais complexa entre força de trabalho e processo de valorização, entre os transformações nas condições de trabalho e exploração da força de Trabalho, entre o progresso Técnico e Social em conjunto, por um lado, e o despotismo capitalista, por outro.”³¹

Essa unidade implica uma interdependência crescente entre unidades produtivas, e entre estas e o Estado, de tal forma que, num dado momento, toda a sociedade vive em função da fábrica, inclusive a escola, e a fábrica lança seu domínio exclusivo sobre a sociedade em bloco.

É nessa base e dessa forma que a máquina estatal confunde-se cada vez mais com a figura do capitalista coletivo³² e esta máquina do Estado parece ser já bem mais do que as administrações tradicionais do Estado.

“Em conseqüência, a luta de classes se situa nesse nível, o Estado contemporâneo não conhece luta de classes a não ser luta contra o Estado. Contra o Estado como patrão, na medida em que este precisou centrar a totalidade dos modos de desenvolvimento e da crise da mesma forma.

A luta de classes transporta-se para o interior do Estado. Enquanto luta de classes operária, ela se reveste da forma de uma luta contra o Estado.

O capital identifica-se com o Estado: é o Estado que conduz diretamente a luta de classes do ponto de vista do capital.

A classe operária reconhece portanto no Estado o seu adversário direto, seu inimigo essencial. Aqui, a sociedade civil, como domínio no qual se apresentam entrelaçados interesses diversos no campo da reprodução da força de trabalho não é mais que um produto da vontade do Estado, isto é, do tipo de administração estatal da luta de classes”³³

O político transforma-se em econômico num tipo de sociedade cujo desenvolvimento específico da produção não tolera nenhuma independência, nem mesmo formal, do político em face das relações capitalistas. A extração da mais-valia relativa implica a interdependência crescente entre as empresas e o Estado e vice-versa. Tal processo concede, evidentemente, enorme poder à tecnoburocracia dos grandes conglomerados ainda privados e à tecnoburocracia daqueles setores do Estado que lhe estão diretamente associados. Isto é o Estado amplo, ainda informalmente organizado no capitalismo monopolista de Estado.

Naturalmente, segue-se um processo de integração de todos os elementos da população. O ponto central é o trabalho dócil e organizado. Ao estado cabe prevenir os movimentos sociais de massa e transformar a contratação coletiva em instrumento de planejamento, garantir alto nível de ocupação e salários adequados aos progressos realizados na produtividade e manter as con-

dições de reprodução da força de trabalho, o que implica também educação e previdência social.³⁴ O Estado assistencial é ao mesmo tempo o Estado patrão.

Se isto é verdade no capitalismo monopolista de Estado, o é, com muito mais razão, no monopólio do Estado capitalista, ou seja, no estágio capitalista que se revela em países como a URSS, os demais países do Comcon e a China.

De uma forma ou de outra, a história do movimento operário é até agora uma história de derrotas, derrotas diante da burguesia, como na revolução de 1848 ou na comuna, ou derrotas diante da burocracia dos partidos ditos de vanguarda, como na URSS ou mesmo na Espanha dos anos 30, embora parcialmente.

Historicamente, nos momentos revolucionários, os trabalhadores têm-se organizado em comunas, soviets, conselhos coletivos, seguindo sempre os critérios da democracia direta.

A auto-organização ultrapassa os marcos estritos das reivindicações econômicas e sociais, buscando a liberação total da sociedade, e é precisamente isto que entendo por autonomia, ou ainda como organização social autônoma.

O fato de a auto-organização ter sido historicamente derrotada mostra, antes de mais nada, que a classe operária não tem tido condições de defender e expandir sua própria prática autônoma.

Com isto quero afirmar que a derrota apenas aponta para o fato de que a classe operária ainda não desenvolveu instrumentos suficientemente eficazes de emancipação social e não uma impossibilidade de auto-organização por questões de “natureza humana” ou coisas do gênero.

A autonomia é a única alternativa revolucionária e desenvolve-se, necessariamente, no âmbito da prática e da teoria. Teoria e prática necessitam-se de modo inevitável. Não se pode falar dos fatos novos na prática, desacompanhados de fatos novos na teoria. Assim, a prática autônoma exige uma teoria autonomista e esta, a alimentação constante da prática.³⁵

Entretanto, estou longe de imaginar que o partido seja o lugar do encontro ou da articulação entre teoria e prática. Na verdade, “na situação histórica atual, a heterogeneidade social e política dos partidos operários é uma evidência. O fato de os operários pertencerem a partidos não é determinante”.³⁶

Instituições específicas constituem-se em limites muito estreitos para a multiplicidade da vida individual. “O quadro atual apresenta-se na forma de uma sociedade múltipla e o indivíduo dividido através das instituições. O operário que é revolucionário na fábrica pode ser reacionário fora dela. As relações entre os operários, partidos e outras instituições, integram-se nessa multiplicidade.”³⁷

“Na situação atual não pode mais haver ‘partido de vanguarda’, onde o mito leninista considera os operários que são a vanguarda de uma certa luta elementar a serem ‘preservados’ num partido; como se a vanguarda fosse os indivíduos e não sua situação social”³⁸

Por seu turno, os sindicatos participam muito ativamente da organização do mercado de trabalho, assim como as igrejas, nas quais alguns membros têm um papel nas listas operárias, tanto quanto nos sindicatos.³⁹

O que quero frisar é que, embora os partidos, os sindicatos ou igrejas possam ter papel importante na luta operária, eles estão indissoluvelmente comprometidos com o ordenamento capitalista-burocrático.

Importam, a meu ver, muito mais, as assembleias de trabalhadores, os conselhos de fábrica, as oposições sindicais, as minorias internas de certos partidos, a luta pela reconquista do espaço e do tempo, do que os "partidos de vanguarda" e os sindicatos.

Naturalmente, isto deve parecer no mínimo exótico para um leninista. "Por leninismo, que se tenha a bondade de entender esse todo coerente fundado sobre uma significação unicamente reivindicativa, 'tradeunista', atribuída às lutas, bem como numa fé ilimitada na neutralidade do desenvolvimento, do trabalho e do aparelho econômico do Estado do capitalismo. Em suma, dois aspectos simétricos de um mesmo pensamento que desarticula o processo revolucionário tanto depois como antes da tomada do poder e implica, logicamente, a ditadura do partido sobre as massas."⁴⁰

Importa a autotransformação social, que se refere ao fazer social e político dos homens na sociedade e nada mais. O fazer pensante e o pensar político imbricam-se numa unidade indestrutível e pensar a sociedade como fazendo-se é um componente essencial.⁴¹

Este fazer-se é o contrário das hierarquias burocráticas. "A árvore ou a raiz inspiram uma triste imagem do pensamento que não cessa de imitar o múltiplo a partir de uma unidade superior, de centro ou de segmento."

Com efeito, se se considera o conjunto ramos-raízes, o tronco desempenha o papel de segmento oposto para um dos subconjuntos percorridos de baixo pra cima: um tal segmento será um *dipôle de liaison*, comparado aos *dipôles-unités*,⁴² que formam as emanações de um único centro. Mas as ligações podem elas próprias proliferar no sistema radicular; não se sai jamais do um/dois, e das multiplicidades apenas simuladas. As regenerações, as reproduções, os retornos, as hidras e as medusas também não nos deixam saída.

Os sistemas arborescentes são sistemas hierárquicos que comportam centros de significação e de subjetivação, autômatos centrais e memórias organizados. É que os modelos correspondentes são tais que um elemento só recebe suas informações de uma unidade superior...

Vê-se bem isto nos problemas atuais de informática e de máquinas eletrônicas, que conservam ainda o mais velho pensamento na medida em que conferem o poder a uma memória ou a um órgão central.

"Admitir o primado das estruturas hierárquicas leva a privilegiar as estruturas arborescentes (...). A forma arborescente admite uma explicação topológica (...). No sistema hierárquico, um indivíduo admite um único vizinho ativo, seu superior hierárquico".⁴³ Os canais de transmissão são preestabelecidos: a arborescência preexiste ao indivíduo que nela se integra num lugar preciso ...

Mesmo que se pretenda uma multiplicidade, essa multiplicidade pode ser falsa — o que chamamos tipo radicular — porque sua apresentação ou seu enunciado de aparência não-hierárquica nada de fato admitem

a não ser uma solução totalmente hierárquica; assim, no famoso "teorema da amizade": "Se numa sociedade dois indivíduos quaisquer têm exatamente um amigo comum, então existe um indivíduo amigo de todos os outros". Como dizem Rosenstiehl e Petitot, "quem é o amigo comum?". "O amigo universal dessa sociedade de casais, professor, confessor, médico? Idéias tantas que estão estranhamente distantes dos axiomas de partida."⁴⁴

Os autores falam a esse respeito de teoremas de ditadura; tal é claramente o princípio das árvores-raízes, onde o centro, a solução das radículas é a estrutura do poder.⁴⁵

A esses sistemas centrados, Rosenstiehl e Petitot opõem os sistemas acentrados, redes de autômatos finitos, em que a comunicação faz-se de um a outro vizinho qualquer, em que os canais não são preexistentes, em que os indivíduos são todos intercambiáveis, definindo-se somente por um estado num dado momento, de tal modo que as operações locais coordenam-se e o resultado final sincroniza-se independentemente de uma instância central. Uma "transdução" de estados intensivos substitui a topologia. O princípio que regula a circulação da informação não precisa de forma alguma ser o da árvore...

Problema da máquina de guerra: é necessário um general para que n indivíduos cheguem ao mesmo tempo ao estado fogo? A solução sem general é encontrada para uma multiplicidade acentrada que comporta um número finito de estados e de sinais correspondentes de velocidade, do ponto de vista de um rizoma de guerra ou de uma lógica de guerrilha, sem se calcar numa, ou sem copiar uma ordem central.

Demonstra-se mesmo que tal multiplicidade — arranjo ou sociedade maquínica rejeita como "intruso social" todo autômato centralizador, unificador...⁴⁶

Rosenstiehl e Petitot insistem que a oposição centrado-acentrado vale menos pelas coisas que designa que pelos modos de cálculo que aplica às coisas. Árvores podem corresponder ao rizoma ou, inversamente, germinar em rizoma.

É verdade que uma mesma coisa admite, mas não sem mudar singularmente de estado num caso e no outro, os dois modos de cálculo ou os dois tipos de regulação."⁴⁷

É assim em lingüística, em botânica, em biologia, em anatomia, em gnoseologia, em teologia, em ontologia, em toda a filosofia, porque a árvore dominou a razão ocidental e todo o pensamento ocidental, bem como a organização social que prevaleceu no ocidente.⁴⁸ Evidentemente, a teoria convencional das organizações espelha maravilhosamente bem o modelo da árvore, ainda que com freqüência e, aliás, cada vez com maior freqüência, o mascare.

Da mesma forma que a organização pode seguir o modelo do rizoma, também sua teoria o pode. Trata-se, porém, já de uma outra nova teoria, ou, se se preferir, de uma contra-teoria.

Essa contra-teoria deve levar em conta, a meu ver, alguns aspectos que, por sua importância, nunca e sob nenhum pretexto, deveriam ser deixados de lado.

O primeiro deles refere-se à redistribuição do trabalho, à concentração de atenção nas novas formas de

relação social que criam condições objetivas para que surja um novo tipo de sociedade, que ultrapasse o binômio dirigente-dirigido.

O segundo refere-se à atenção aos sistemas de comunicações entre grupos sociais autônomos, única forma de construção de uma sociedade livre e não-hierárquica, que respeite a diferença, que seja pluralista na prática e não apenas no discurso.

O terceiro refere-se à atenção à comunicação geral para além das diversas alternativas sociais. Este ponto refere-se àquilo que tradicionalmente tem sido entendido como “missão cultural e educativa do Estado”; conceito que reduz a sociedade à posição de um plano burocrático, como no passado ocorria na relação Igreja-sociedade.

De fato, a relação presente manifesta ainda certos aspectos, que, em comparação à anterior, parecem mais pobres, já que à Igreja competia a guarda e a transmissão de uma moral calcada na transcendência.

É evidente que não há nenhuma “razão natural” segundo a qual a sociedade deva inserir-se num plano calcado na razão do Estado. Entretanto, mesmo que a pedagogia contemporânea esteja atenta ao papel que desempenham as “autoridades” em face da autonomia e da imaginação da criança, muitos educadores contemporâneos continuam a pensar em termos de vanguarda-massa; educação transformando-se em arma político-partidária.

A sociedade autonomamente organizada é incompatível com essa última visão da educação, que só pode ser vista como fruto da colaboração aberta de todos, como resultado de uma reestruturação de todo o universo humano e da totalidade de suas relações.

Aos educadores cabe pensar o programa que norteie e canalize todas as forças materiais, sociais e psíquicas necessárias à proposta de uma sociedade liberada de quaisquer excrescências do burocratismo político.

Do acordo entre a pluralidade social evolvida depende a difícil tarefa de assegurar uma revolução cultural permanente: a sociedade dotada, especialmente no que tange a suas camadas minoritárias ou desfavorecidas, do poder de veto necessário ao controle popular e de instrumentos que assegurem uma participação continuada.

Se é verdade que no centro da dominação burocrática está o poder discricionário exercido sobre o sistema nervoso da sociedade, através da hierarquia de tratamento das informações, a socialização do conhecimento é a meta e o caminho por excelência da revolução cultural.

Naturalmente isto pressupõe o afastamento da educação do aparelho burocrático, este último devendo transformar-se em mero órgão auxiliar, o que, de resto, é como se apresenta na ideologia liberal.

Esse afastamento precisa no restante ser o resultado da apropriação do processo educativo no quadro da luta de classes e não o fruto de uma decisão formal, que seria igualmente burocrática.

Com o advento da automação e o desenvolvimento da comunicação de massa, as dificuldades técnicas das assembléias populares gerais estão superadas. Teoricamente, todos os indivíduos poderiam participar da

educação no seu aspecto gerencial. Não há obstáculos técnicos; há ainda obstáculos econômicos em muitos países. Todavia, a meu ver, mais sérios são os obstáculos políticos.

Entretanto, essa tecnologia ainda é, e o é por excelência, monopólio da tecnoburocracia, que a utiliza como meio ideal de afastamento da sociedade das decisões que lhe dizem respeito, isto é, da totalidade das decisões.

O espírito geral burocrático continua, hoje como na China antiga, sendo o segredo. A tecnoburocracia contemporânea continua como a burocracia patrimonial a comportar-se como “corporação fechada”, escondendo do mundo externo tudo o que assegura seu saber, considerando a socialização das informações que concentra como traição, em muitos casos matéria de justiça burocrática.

Não se pode falar de livre fluxo de informação numa estrutura arborescente. Apenas uma reorganização dos grupos de interesse que compõem a sociedade é capaz de impor uma nova forma de comunicação, aberta e democrática.

Entretanto, as posições que dissociam esse apropriar-se do progresso técnico da luta de classes são no mínimo “idealistas” e a meu ver ingênuas. A teoria deve estar atenta ao que indica o movimento social nesse sentido. De resto, a teoria deve ser sempre a expressão desse movimento.

Outro aspecto refere-se à questão da formação de homens plenamente socializados. Nesse ponto, uma visão pessimista, que leve em conta uma fase de formação do ponto de vista econômico, esbarra com a questão da capacidade social de renúncia de alguns anos de trabalho da totalidade de seus membros.

Entretanto, admitindo-se a formação faz-se por etapas, a sociedade não renunciará a esse trabalho a não ser provisoriamente e ainda de forma relativa, já que a elevação do nível cultural de todos os seus membros deve refletir-se na produtividade social.

A revolução no ensino é fundamental na construção de uma sociedade menos imperfeita. É importante usar aqui a expressão revolução, já que reforma é a expressão utilizada pela burocracia da educação para fazer prevalecer seus interesses monomolistas e suas aspirações da racionalização da formação de “incompetentes treinados”, para usar uma expressão de Veblen.

De fato, as reformas promovidas pela burocracia da educação têm tido, em geral, o efeito de formar especialistas divorciados uns dos outros e confinados a especialidades estanques, que visam à reprodução da divisão do trabalho típica do capitalismo burocrático.

É preciso estar atento para a maior difusão, nos últimos anos, de novas concepções de ensino fundadas em bases diversas da divisão de trabalho que conhecemos e que, em geral, nos são apresentadas como exigências da sociedade.

Uma formação politécnica e polivalente parece ser a aspiração mais evidente a esboçar-se nas novas relações sociais que se opõem à dominação tecnoburocrática. Tal tendência confirma os ideais de Marx e de Proudhon no que se refere à educação.⁴⁹

Todavia, a orientação dominante é aquela que deriva do planejamento centralizado e que estabelece, pelo

menos em alguns países desenvolvidos, o número de pessoas que deve ser afastado das funções mais altas na organização do trabalho.

A divulgação de trabalho atual é programada já no ensino em sociedades muito burocratizadas como a soviética, a japonesa ou a francesa. Um mau desempenho no primeiro grau já é, de forma quase definitiva, uma condenação econômica, social e política.

Na realidade, os programas que estabelecem a forma pela qual os conhecimentos devem ser gradualmente transmitidos derivam da organização de funções da estrutura econômica da sociedade.

Porém, o fato de mais da metade da população juvenil norte-americana freqüentar a universidade, ou ainda o sucesso da universidade aberta na Inglaterra são sintomas claros de que a sociedade aspira à formação em níveis cada vez mais altos, em oposição às tentativas de monopólio, mesmo que isto não se traduza necessariamente na formação necessária à construção da nova sociedade.

De resto, urge criar condições para que “a motivação, fundamentalmente estética, que se dirige para o todo e para o retorno às atividades do *self* permita ao homem (que tenha tido uma primeira infância satisfatória) apropriar-se dos instrumentos fundamentais do espírito e dos sentimentos e atribuir-lhes todo o seu sentido. Esses instrumentos são: a língua (ou as línguas), a história, a filosofia, as matemáticas, a física e a informática para dominar o qualitativo e o quantitativo e os refinamentos da técnica para dar uma forma artística à auto-expressão”.

Um último aspecto com o qual a teoria deve estar comprometida diz respeito justamente à garantia das condições essenciais de capacitação e de motivação para o estudo.⁵⁰

Vivemos num mundo em que já são por demais conhecidos os resultados catastróficos da carência alimentar, de saúde, de abrigo e de higiene. Estamos, entretanto, longe de haver resolvido esses problemas de modo satisfatório para a maior parte da população mundial.

Sabemos também do papel desempenhado pelo afeto na formação de uma personalidade segura e sabemos o quanto os estímulos fornecidos pela família, pela escola e pela sociedade em geral atuam sobre as crianças.

Conhecemos os efeitos desastrosos da repressão e do recalçamento na infância, tanto quanto os efeitos não menos desastrosos da permissividade.

Apesar de tudo isto, o sistema escolar continua, no geral, refletindo o próprio sistema econômico e político no qual se assenta, a reprimir e recalçar muito mais do que a estimular.

Os avanços da psicanálise e da pedagogia estão muito longe de serem socializados, permanecendo, na melhor das hipóteses, privilégio de uma minoria.

O movimento de apropriação desses avanços deve ser objeto de estudo e reflexão permanente. Sem uma educação fundada no trabalho, na disciplina, na competência, na imaginação, no afeto, no respeito, na liberdade, na polivalência e na auto-expressão, todo e qualquer sonho de uma sociedade autônoma permanece apenas uma esperança, talvez vã, e não uma construção.⁵¹

Enquanto isso não ocorrer, continuamos a assistir a processos educativos sobredeterminados simbolicamente, que tendem a produzir dominantes e dominados, os primeiros constituindo-se numa “nobreza” separada, socialmente distinta e sagrada, mediante um ritual de consagração.⁵²

Os títulos, objetivação do capital cultural via escola, ganham autonomia com relação ao capital cultural acumulado. Sua raridade relaciona-se com seu valor no mercado de trabalho.⁵³

Além disso, as escolas de prestígio conferem a seus membros capital social não-desprezível, que podem mobilizar a seu favor.⁵⁴ Disto decorre a busca aflita, pelas famílias, de escolas caras.

Dessa forma, a institucionalização do capital cultural, bem como a socialização promovida pela escola, fazem dela, nos tempos atuais, um dos principais elementos da estratégia de reprodução tecnoburocrática e da maioria dos estudantes, sua principal vítima.

Isto já compreendia muito bem Max Weber, que, certa vez, num debate, afirmou:

“É horrível pensar que o mundo possa um dia tornar-se povoado unicamente por esses pequenos autômatos, mini-homens agarrados a ínfimos cargos, lutando por postos mais altos, um estado de coisas que se pode observar, mais uma vez (como nos autos egípcios), desempenhando um papel cada vez mais importante no espírito do nosso atual sistema administrativo e especialmente no de seus sucessores, os estudantes. Esta paixão pela burocracia (...) é suficiente para levar alguém ao desespero. É como se, na política (...), nós nos tornássemos deliberadamente homens que precisam de ordem, e nada mais, a não ser ordem; que ficam nervosos e covardes se, por um momento, tal ordem falhar, e vêm-se sem recursos se forem impedidos de continuar totalmente a ela incorporados. Que o mundo não conheça outros, a não ser tais homens: a evolução é de tal monta que já estamos presos a ela, e a grande questão não é propriamente de como podemos promovê-la e acelerá-la mas o que devemos contrapor a este mecanismo, a fim de que seja mantida uma parcela de humanidade livre deste condicionamento de espírito, que advém da suprema predominância do modo de viver burocrático.”⁵⁵

Assim, enquanto iniciativa das empresas de educação ou do Estado burocrático, torna-se difícil esperar uma educação efetivamente popular e emancipadora. Essa educação patrocinada pelas burocracias sempre esteve voltada para a afirmação de uma ordem social e, portanto, de uma dominação.⁵⁶

¹ Ver Popper, Karl. *The logic of scientific discovery*. London, Hutchinson, 1958.

- 2 Ver Morgan, Gareth. Preface. In: Morgan, Gareth, ed. *Beyond method: strategies for social research*. London, Sage, 1983. p. 7-8.
- 3 Bernardo, João. *Marx crítico de Marx*. Porto, Afrontamento, 1977. v. 1, p. 201.
- 4 Ansart, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 187.
- 5 Id. *ibid.*
- 6 Ferrarotti, Franco. *Uma sociologia alternativa: da sociologia como técnica do conformismo à sociologia crítica*. Porto, Afrontamento, 1976.
- 7 Ver Berthoud, Gérald. *Plaidoyer pour l'autre*. Genève, Droz, 1982. p. 27.
- 8 Ver Morgan, Gareth. Toward a more reflective social science. In: Morgan, Gareth, ed. *op. cit.* p. 369.
- 9 Ver Baritz, Loren. *The servants of power*. New York, John Wiley, 1960.
- 10 Ver Collnis, Randall. *The credentialed society*. New York, Academic, 1980.
- 11 Ver Wilensky, Harold. The professionalization of everyone? In: *American Journal of Sociology*, 70: 137-58, 1964.
- 12 Ver Marcuse, Herbert. *One dimensional man*. Boston, Beacon, 1964.
- 13 Ver Wilson, H.T. Anti-method as a counterstructure in social research practice. In: Morgan, Gareth. *op. cit.* p. 248-51.
- 14 Ver Poulantzas, Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme d'aujourd'hui*. Paris, Seuil, 1974.
- 15 Ver Bernoux, Philippe. *Un travail a soi*. Toulouse, Privat., 1981. Essas noções também foram exaustiva e cuidadosamente trabalhadas por João Bernardo, em conferência proferida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 14 de novembro de 1984.
- 16 Ver, por exemplo, Union of Japanese Scientists and Engineers. *QC Circle Tokyo: general principles of QC Circles*. Tokyo, 1980.
- 17 Ver Sainsaulieu, Renaud. *L'identité au travail*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977. esp. p. 431.
- 18 Poulantzas, Nicos. *L'état, le pouvoir, le socialisme*. Paris, Quadrige/Presses Universitaires de France, 1981. p. 190.
- 19 Bernardo, João. *O inimigo oculto. Ensaio sobre a luta de classes/manifesto anti-ecológico*. Porto, Afrontamento, 1979. p. 37-9.
- 20 Ver Coriat, Benjamim. *Science, technique et capital*. Paris, Seuil, 1976. esp. p. 239-43.
- 21 Ver Coriat, Benjamim. *La robotique*. Paris, Maspero, 1983.
- 22 Ver Negri, Antonio. *La classe ouvriere contre l'état*. Paris, Galilée, 1978.
- 23 Ver Heydebrand, Wolf V. Organization and praxis. In: Morgan, Gareth. *op. cit.* p. 318-9. Ver também Haug, Marie. The professionalization: an alternate hypothesis for the future. In: Halmos, P., ed. *Professionalization and social change*. Apud. *Sociological Review Monograph*, England, Keele University, v. 20, 1973.
- 24 Ver Lefort, Claude. *Éléments d'une critique de la bureaucratie*. Geneve, Droz, 1971. cap. 12.
- 25 Ver Smircich, Linda. Studying organizations and cultures. In: Morgan, Gareth. *op. cit.* p. 160-1.
- 26 Gintis, Herbert. Alienation and power. In: *The Review of Radical Political Economics*, 14(5): 26, Fall 1972.
- 27 Ver Bourdieu, Pierre. Cultural reproduction and social reproduction. In: Brown, Richard. ed. *Knowledge, education and cultural change*. London, Tavistock, 1973. p. 71-112.
- 28 Ver Bowles, Samuel & Gintis, Herbert. I.Q. in the U.S. class structure. In: *Social Policy*, 3: 65-96, Jan./Feb. 1973.
- 29 Ver Tronti, Mario. *Operários e capital*. Porto, Afrontamento, 1983. p. 33.
- 30 Ver Tronti, Mario. *op. cit.* p. 44.
- 31 Id. *ibid.* p. 501.
- 32 Id. *ibid.* p. 51.
- 33 Negri, Antonio. *La classe ouvriere contre l'état*. Paris, Galilée, 1978.
- 34 Ver O'Connor, James. Capitalismo di stato e plusvalore indiretto. In: Zolo, Danilo. *I marxisti e lo stato: dai classici ai contemporanei*. Milano, Il Saggiatoes, 1977. p. 519.
- 35 Ver Aguado, Felipe. Autonomia obrera: una alternativa revolucionaria. In: *El Viejo Topo*, n. 24, s.d.
- 36 Bernardo, João. *Texto para debate*. Lisboa/Paris, s.d., p. 1. mimeogr.
- 37 Id. *ibid.* p. 1.
- 38 Id. *ibid.* p. 1.
- 39 Id. *ibid.* p. 1-2.
- 40 Berger, Claude. *Marx, l'association, l'anti-Lénine: vers l'abolition du salariat*. Paris, Payot, 1974. p. 163.
- 41 Ver Castoriadis, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris, Seuil, 1975. p. 498.
- 42 *Di* é um prefixo latino que dá idéia de separação, divisão, afastamento etc. Ver *Grande dicionário contemporâneo francês — português*, publicado com a aprovação e sob os auspícios de Victor Hugo e prefaciado por Camillo Castello Branco; redigido por Domingos de Azevedo e revisto por Luiz Felipe Leite, Livraria de Antonio Maria Pereira — Lisboa, Editora 1887. t. 2, p. 469. Ver também *Magnum lexicom novissimum latinum et lusitanum*. Opera et Studio Emmanuelis Joseph, Paris, J.P. Allaud, 1852. p. 206. Ver ainda Fonseca, Pedro José da. *Dicionário português e latino*. Impresso por ordem Del-Rei Fidelissimo Dom José I, Lisboa, Typografia de José Baptista Morando, 1852. p. 202 e segs.
- 43 Rosenstiehl, Pierre & Petitot, Jean. Automate asocial et systemes acentres. *Communications*, 22, 1974. Apud: Delenze, Gilles & Guattari, Félix. *Capitalisme et schizophrénie — mille plateaus*. Paris, Minuit, 1980. p. 25-6.
- 44 Id. *ibid.*
- Sobre o teorema da amizade ver Wilf, H.S. *The friendship theorem in combinatorial mathematics*. Welsh Academic Press, e, sobre um teorema do mesmo tipo, dito de indecisão coletiva, ver Arrow, K.J. *Choix collectif et préférences individuelles*. Paris, Calmann-Lévy, s.d. Apud: Delenze, Gilles & Guattari, Félix. *op. cit.* p. 26.
- 46 Ver Rosenstiehl, Pierre & Petitot, Jean. *op. cit.* 1974. O caráter principal do sistema acentrado é que as iniciativas locais são coordenadas independentemente de uma instância central, o cálculo sendo feito no conjunto da rede (multiplicidade). “É por essa razão que o único lugar onde pode ser feito um fichário de pessoas é nas casas das próprias pessoas, as únicas capazes de descreverem-se e de manter atualizada essa descrição: a sociedade é o único fichário possível das pessoas. Uma sociedade acentrada natural rejeita como intruso asocial o autômato centralizador”, p. 56. In: Deleuze, Gilles & Guattari, Félix. *op. cit.* p. 27. Ver também Brossollet, Guy. *Essai sur la mon. b6-taille*. Paris, Belin, 1975.

47 Deleuze, Gilles & Guattari, Félix. op. cit. p. 25-7. A meu ver, o nome esquizo-análise não é importante. Pode-se ainda chamar psicanálise a uma teoria e prática não-arborescente.

48 Id. ibid. p. 27.

49 Ver Marx, Karl & Engels, Friedrich. *Crítica da educação e do ensino*. São Paulo, Moraes, 1978. Ver também Proudhon, Pierre-Joseph. *De la justice poursuivie dans la révolution et dans l'église, l'éducation*. Paris, Marcel Riviere, 1931 (*Étude, 5*) e *Dommanget, Maurice*. Proudhon. Paris, SUDEL, 1950.

50 Ver Bahro, Rodolph. *L'alternative*. Paris, Stock, 1979. p. 237-86.

51 Ver Lobrot, Michel. *Teoría de la educación*. Barcelona, Fontanel-la, 1976; Anaya, Gonzalo. *Que otra escuela: analisis para una práctica*. Madrid, Akal, 1979; Bernfeld, Siegfried. *El psicoanálisis y la educación antiautoritaria*. Barcelona, Barral, 1973 e Oury, Fernand &

Vasquez, Aida. *De la classe cooperative à la pédagogie institutionnelle*. Paris, Maspero, 1981. 2 v.

52 Ver Bourdieu, Pierre. Épreuve scolaire et consécration sociale. Les classes préparatoires aux grandes écoles. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 39, sept. 1981.

53 Ver Bourdieu, Pierre. Les-trois états du capital culturel. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30, nov. 1979.

54 Bourdieu, Pierre. Le capital social. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, jan. 1980.

55 Max Weber, em debate. Apud Bennis, Warren G. *Changing organizations*. New York, McGraw-Hill, 1966. p. 18.

56 Ver Beisiegel, Celso de Rui. *Política e educação popular (a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil)*. São Paulo, Ática, 1982.

O Correio da Unesco

Ano 13, n.º 7, agosto 1985

Quarenta anos depois Comemoração do fim da II Guerra Mundial

A paz e os valores humanos
Amadou - Mahtar M'Bow

Por que a guerra?
(Carta a Sigmund Freud)
Albert Einstein

O genocídio começa pela agressão cultural
Frederick V. Grunfeld

A resistência na gruta de Lascaux -
Um estranho esconderijo
André Malraux

Os museus subterrâneos -
Para salvar as coleções de arte britânicas
Harold Plenderleith

No Ermitage, a arte e a vida continuam -
O museu soviético durante o cerco de
Leningrado
Boris Protravski

Ainda é possível salvar a civilização?
Yuri Kirchin

A resistência esquecida
"O som e a fúria"

Um calendário para a paz
Giotsu N. Sato

Emancipação dos homens e dos povos
Unesco: nascimento de um ideal

Do pessimismo à esperança
Lewis Thomas

O inverno nuclear
As conseqüências para o planeta

Investigações da Unesco sobre a paz

**Pedidos à Fundação Getúlio
Vargas/Editora**